



# Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1978

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Egon Pudell, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Osvaldo Macedo e Otássio Pereira. (7)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. AIRTON CORREIA, residente à Rua Caetano Marquenzini, 505 — Bairro Portão, nesta Capital, ocorrido dia 13/03/1978.

Requer igualmente, que seja comunicado à família, esta homenagem que ora tributamos.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978

(a) Edilson Alencar

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOAQUIM AUGUSTO STEVES, residente em Santa Mariana-Pr.

O extinto deixa prantear-lhe a morte esposa e filhos.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja feita comunicação à Exª família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978

(a) Rosário Pitelli.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS TACLA, comerciante renomado e de tradicional família curitibana.

Requer, outrossim, da aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja inserido na ata de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor ELIAS TACLA, ocorrido hoje, nesta Capital, deixando viúva a senhora Jamile Tacla e os filhos; senhora Manife Tacla, falecida e que era casada com o senhor Samey Tacla, Dr. Mounib Tacla, casado com a senhora Leila Tacla, Doutores Elias Edmundo Tacla e Edmundo Tacla, solteiros e a senhora Neli Tacla Saad, casada com o senhor Roberto Saad.

O extinto nasceu na Síria, porém, com a idade de 14 anos veio para o Brasil, onde obteve por naturalização, a cidadania brasileira. Durante a sua existência desenvolveu trabalhos beneméritos, entre os quais construiu sem ajuda financeira, a sede da Associação Paranaense de Reabilitação, sito na Avenida Paraná, nesta Capital.

Foi membro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Na gestão do então Prefeito Municipal de Curitiba, Doutor Jayme Lerner foi agraciado com o Título de Cidadão Honorário de Curitiba.

Da decisão do Plenário, requer seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Fuad Nacli

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ESTERILIANO PIZZATTO, ocorrido ontem.

O extinto pertencia a conceituada família paranaense, um dos pioneiros da Indústria Madeireira do Paraná, madeireiro de grande conceito no meio industrial de General Carneiro, município que lhe deve muito, cujo passamento veio consternar a sociedade e o rol de amigos.

Requer ainda, que se dê ciência da decisão à família enlutada aos cuidados das Indústrias Madeireira Pizzatto, em General Carneiro.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978

(a) Domício Scaramella

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja registrado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar,

pelo falecimento do senhor PEDRO SAWATZKI, ex-Presidente da Cooperativa Witmarsum, ocorrido no dia 11 do corrente, na cidade de Palmeira neste Estado.

Requerem ainda, aprovada esta proposição, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1.978

(aa) Ezequias Losso e Lineu Turra

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de líder do MDB nesta Casa, e no uso de suas atribuições, vem, através do presente, proceder a indicação dos Senhores Deputados NILSO SQUAREZI e MAURÍCIO FRUET, na qualidade de titulares e do Senhor Deputado WALDENÍCIO BARBALHO, como suplente para integrarem a Comissão Especial para análise de Emenda Constitucional ao título V da Carta Estadual, protocolada em 10/11/77.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1.978.

(a) Enéas Faria

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, veemente apelo no sentido de que, a exemplo do que já ocorreu em anos anteriores, seja concedida aos contribuintes do Estado, anistia fiscal às multas dos provenientes do I.C.M.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1.978.

(a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz, em razão da situação de calamidade por que vem passando a agricultura e o comércio de nosso Estado face aos grandes e volumosos prejuízos ocasionados pela violenta seca que atingiu a lavoura, com repercussões danosas a todos os demais setores econômicos, e também, em vista de que, em outras ocasiões de dificuldades por que passou a economia agrícola, o Governo do Estado, sentindo e sensibilizado pela situação angustiosa, proporcionou idêntico benefício de anistia fiscal. Para exemplificar, entre outras, citamos as Leis nºs 5.717 de 04/12/67, 5.834 de 29/08/68 e 6.292 de 07/07/72.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, digníssimo Secretário dos Transportes, Doutor ENY ALVES NEVES, digníssimo Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens (D.N.E.R.), Doutor TANCREDO BENGHI, digníssimo Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens (D.E.R.), para que seja efetuada em regime de prioridade, a duplicação da BR 369, em toda sua extensão de Londrina a Ibiporã, principalmente, o trecho localizado no perímetro urbano, onde está localizada a avenida Brasília.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1.978.

(a) Lázaro Dumont

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o grande fluxo de caminhões de carga, ônibus e veículos leves que transitam pela BR 369, com destinos ao norte pioneiro, norte velho e ao vizinho Estado de São Paulo, e cuja rodovia atinge toda a extensão da avenida Brasília dentro do perímetro urbano de Londrina, o número de acidentes vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, sendo que no ano de 1.978, foram registrados 25 acidentes

com vítimas fatais, e no último mês de fevereiro, 4 acidentes com vítimas fatais, não contando os acidentes ocorridos no trecho Londrina — Ibiporã.

A construção de uma segunda pista, duplicando a referida rodovia, não só viria beneficiar uma grande parte da população dos dois municípios, mas também evitar novos acidentes, tendo em vista que os mais prejudicados num acidente de trânsito com mortes, são justamente seus familiares, não contando ainda quando este acidentado passa meses em um leito de hospital, ficando todos os seus familiares no mais completo desespero.

A prova maior da referida duplicação está justamente no que foi feito no trecho Londrina — Cambé, devido o grande movimento de veículos que por lá transitam, e mais de sessenta por cento desses veículos trafegam pela Avenida Brasília, para atingirem a BR 369, e se deslocarem para outras regiões do norte velho e norte pioneiro, bem como para se destinarem ao Estado de São Paulo, pela cidade de Ourinhos.

A duplicação desta rodovia, principalmente, na extensão da avenida Brasília, viria beneficiar uma grande parte da população de Londrina, principalmente, os moradores das imediações do Jardim do Sol, local onde está concentrada uma grande parte de moradores "bóias-fria", que tanto na parte da manhã, como no final da tarde se concentram naquela avenida para subirem ou descerem dos caminhões, correndo verdadeiro risco de vida, tendo em vista o grande movimento de veículos nestes horários.

A BR 369, na época em que foi construída, praticamente, passava fora dos bairros onde estava localizado os bairros residenciais, havendo apenas algumas casas nos arredores, mas com o grande desenvolvimento da cidade de Londrina, hoje ela se localiza no centro de um grande bairro residencial, havendo portanto, a necessidade de se dar prioridade para sua duplicação, haja visto que também existe o problema das crianças que atravessam aquela rodovia, para se dirigirem de suas casas para as escolas, e das escolas para suas casas, correndo também o risco de serem atropeladas, o que mais vem justificar esta nossa reivindicação, atendendo aos apelos daqueles moradores.

#### REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Renato Antônio Johnsson, Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR — no sentido de que sejam realizados estudos da viabilidade para a instalação de um mono-canal telefônico no Distrito de Altamira, Município de Palmital.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1.978.

(a) Edilson Alencar

#### JUSTIFICATIVA:

Altamira é pela sua elevada população, e pujança de sua gente, um dos maiores distritos do Paraná. Fica distante de sua Comarca cento e quarenta quilômetros aproximadamente, e a oitenta quilômetros do Município de Palmital, do qual Altamira depende.

Fica situada em uma das regiões mais acidentadas do Estado. Em épocas chuvosas a região fica intransitável, e em tempo de estio as estradas ficam precárias.

Sua população laboriosa sofre diariamente o drama da falta de telefone, pois, só com este, as distâncias entre o distrito e o município e a sua Comarca de Pitanga, ficariam mais curta, oferecendo portanto, maior conforto à população desse grandioso Distrito já que é esta a função do Estado. E, por esses motivos é que apresento à esta Casa Legislativa o presente requerimento, esperando merecer a acolhida desejada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa da Carta dirigida pelo advogado SOBRAL PINTO, publicada na edição de hoje do jornal "Folha de São Paulo", ao Senador Magalhães Pinto.

Trata-se, sem dúvida, de um documento histórico, não só em função do seu signatário, pelo que ele representa para o Direito brasileiro, como também à vista do conteúdo da mencionada Carta, motivo mais do que suficiente para justificar a sua transcrição nos Anais.

Pede-se, também, que a decisão da Casa seja comunicada ao Dr. SOBRAL PINTO e ao Senador Magalhães Pinto.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Accioly Neto.

## PROJETOS DE LEI:

### Projeto de Lei nº 18/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "ESCOLA POLIVALENTE PROFESSORA MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI — ENSINO DE 2º GRAU", a unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Dácio Leonel.

## JUSTIFICATIVA:

MARIA DO ROSÁRIO CASTALDI é natural do Estado de São Paulo, tendo nascido aos 29 dias do mês de junho de 1.922, na cidade de Pedregulho.

Filha de Miguel Castaldi e Catarina Castaldi, ambos italianos, Maria do Rosário Castaldi ainda muito criança, mudou-se com a família para a cidade de Casa Branca, no Estado de São Paulo, onde fez os seus primeiros estudos.

Com a vinda da família para o Paraná em 1.937, foi transferida para o Colégio Paulistano, na capital paulistana para prosseguir seus estudos.

Mudou-se em 1.943 para Londrina.

Em Londrina — mesmo como leiga, por não possuir ainda diploma de professora — submeteu-se a um concurso instituído pelo então Prefeito Municipal Miguel Blasi, sendo aprovada com distinção, iniciando-se então na carreira do magistério.

Foi integrante da comissão que trabalhou para a fundação da então Escola Normal de Londrina, em cuja escola ingressou e concluiu seus estudos.

Nomeada pelo Estado para prestar serviços no Grupo Escolar "Hugo Simas", ali desempenhou suas funções com extraordinário espírito de disciplina, amor e dedicação, até a sua morte, ocorrida em 22 de agosto de 1.958 — aos 36 anos de idade.

Viveu pouco, mas deu muito de si em favor da educação e da formação moral de seus alunos.

### Projeto de Lei nº 19/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA", de CENTENÁRIO DO SUL.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Rosário Pitelli

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância,

de Centenário do Sul é uma entidade que visa manter estabelecimentos destinados à proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, e o bem estar, e as necessidades da criança e da gestante especialmente.

Pelos já relevantes serviços que tem prestado à comunidade de Centenário do Sul, a Câmara Municipal já decretou de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 567/78.

Por essa razão, submetemos à apreciação desta Casa, o presente projeto de lei, esperando contar com o devido apoio.

### Projeto de Lei nº 20/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Os contribuintes ou responsáveis relativamente a créditos tributários anteriores a 1º de janeiro de 1.977, poderão requerer ao Secretário de Finanças, a anistia condicional das multas e respectivos acréscimos, desde que no requerimento, produzam prova do prévio pagamento da parcela alusiva ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês não capitalizáveis, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional, prevista neste artigo é de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.

§ 2º — A anistia abrange quaisquer parcelas de multas e acréscimos, componentes de créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo ajuizado para cobrança executiva, ou objeto de parcelamento.

§ 3º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judicialmente, deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4º — A anistia prevista nesta lei, não alcança as quantias já exigidas antes de outubro de 1.969, e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa, ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias devido antes de 1º de janeiro de 1.977, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento), previsto na Lei nº 5.463, de 31 de dezembro de 1.966.

§ Único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo, a que alude este artigo, se a denúncia espontânea acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta lei.

Art. 3º — A anistia prevista nesta lei, não autoriza a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4º — Esta lei será regulamentada através de instrução da Secretaria de Finanças.

Art. 5º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1.978.

(aa) Jurandir Messias e Augusto Carneiro.

## JUSTIFICATIVA:

É de notório conhecimento público a situação de crescentes dificuldades que a Indústria e Comércio enfrentam nos últimos anos.

Fatores internos e externos contribuem para a desestabilização de preços, os juros bancários extorsivos, os assustadores índices da inflação galopante, o asssobramento das despesas de custeio das empresas, os pesados encargos sociais e as outras responsabilidades correlatas estão debilitando,

quando não aniquilando de vez, os empreendimentos de ordem econômica, com negativos reflexos, de proporções nem sempre previsíveis no campo da Produção.

A descapitalização se processa com rapidez, e já se contam em algumas, as empresas que de um semestre a esta parte, já entraram em regime de concordata preventiva, enquanto outras mais infelizes, foram reduzidas à falência.

O estado de insolvabilidade implica na queda de produção, na diminuição da demanda de matéria-prima, no desemprego em massa, no empobrecimento do particular e na exaustão do Erário Público, na anormalidade das condições do mercado. A crise econômica e financeira corroi os alicerces da Sociedade Civil e atenta, direta ou indiretamente, contra a ordem e segurança pública.

Cumprido ao Estado, como pessoa de Direito Público, ir ao encontro das empresas, a fim de ampará-las convenientemente, não lhes permitindo que submerjam no mar das dificuldades. Não pode ser voraz no momento em que os organismos empresariais se exaurem.

Por esse motivo tomamos a iniciativa deste projeto de lei, que visa a concessão de anistia às multas e seus acréscimos aos contribuintes devedores de tributos. Se não os isentamos da carga de imposto, cuidamos de, pelo menos, aliviar-lhes o ônus, mediante a supressão das multas incidentes. Só isso já constitui, indubitavelmente, ajuda de considerável valor, e deverá minorar os graves ônus que os sobrecarregam.

Constitucional e justa com profundo significado social e econômico, temos certeza de que esta nossa iniciativa irá obter a compreensão e o apoio de quantos militam nesta Casa, igualmente preocupados com a redenção da Economia Paranaense.

#### PROJETO DE LEI Nº 21/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS MENINO DEUS — ASEMD, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Trajano Bastos

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que objetivamos seja declarada de utilidade pública preenche as exigências legais para tal fim, pois presta serviços à coletividade, não visa lucro e nem distribui vantagens aos seus Diretores. A documentação anexa comprova essa assertiva.

Daf o presente plano de lei, que oferecemos à elevada consideração dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar que se encontram nas tribunas de honra, assistindo aos trabalhos desta Casa, os Vereadores Arnaldo Costa Faria e Joaquim Francisco Ramos, que se fazem acompanhar dos Srs. Darli Silvano e Milton Barcelos, e do Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, os dois últimos agricultores do Município de Nova Aurora, e os Vereadores Arnaldo e Joaquim, também daquele município.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias apresentamos requerimento nesta Casa para Sua Excelência o Sr. Secretário dos Transportes, Osires Stenghel Guimarães, informar a esta Casa, quais os municípios que ainda não tinham realizado convênio entre o Departamento de Estradas de Rodagem e as Prefeituras, por intermédio do PROSAFRA.

Hoje deparamos no jornal "O Estado do Paraná", de notícia de muita importância para nosso Estado, a qual passamos a ler: "Os Prefeitos Municipais do Interior do Estado, que comparecem à Secretaria dos Transportes para assinar o Convênio do PROSAFRA, estão sujeitos a uma surpresa: os recursos só serão liberados após a assinatura de um contrato com uma revista, para a publicação das biografias do Prefeito e do Vice-Prefeito, o que custará aos cofres da Prefeitura, a significativa importância de 60 mil cruzeiros. Tudo devidamente coordenado pelo próprio funcionário do gabinete do Secretário Osires Stenghel Guimarães, Cícero César de Oliveira".

Um parêntesis, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Bem o conhecemos, porque infelizmente é da nossa região.

"Alguns Prefeitos recusaram, e até hoje, nada de recursos do PROSAFRA.

Isso foi o que ocorreu, entre outros, com os Prefeitos Carlos Hugo Von Grassen, de Telêmaco Borba, e José Malucelli França, de Cândido de Abreu. Ontem, pelo telefone, Carlos Hugo contou sua história a "O Estado do Paraná" e confirmou a denúncia: há muito tempo vem lutando pela libertação do PROSAFRA para seu município e, a igual tempo, vem recebendo insistentes telefonemas de corretores da revista "Vultos Políticos do Paraná", com a sutil insinuação de que a assinatura do contrato para a publicação de sua biografia, pode "facilitar muito as coisas".

#### CREDENCIAIS

O Prefeito de Telêmaco Borba, na época devida, compareceu à Secretaria dos Transportes em busca da assinatura do convênio para a libertação do PROSAFRA, que são repassados pelo Governo do Estado às Prefeituras, para construção de obras de infra-estrutura para escoamento e armazenagem das safras agrícolas. De imediato, lhe fizeram um convite: "Bastaria que pagasse a soma de Cr\$ 59.400,00, lá mesmo na Secretaria e lhe seria dada a oportunidade de ter sua biografia e de seu vice na revista "Vultos Políticos do Paraná". Como seu município é carente de recursos, como acontece em todo o Estado, o Prefeito recusou a oferta.

Ninguém lhe disse mais nada e o PROSAFRA começou a tardar em seu município. Quando o Governador Jayme Canet Júnior se instalou em Imbituva, no início do ano, o Prefeito foi até os homens da administração estadual e contou seu problema. Na mesma semana ele recebeu em seu gabinete representantes da revista, com credenciais (por escrito, e Carlos Hugo tem todas as cópias devidamente guardadas do próprio DER). Essas credenciais diziam que os visitantes estavam ali para "tratar do assunto de seu interesse". O "convite" foi renovado.

E mais uma vez recusado. Agora o Prefeito pretende juntar todos os documentos que tem guardado e fazer uma denúncia pública da situação".

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já há dias tínhamos elaborado um requerimento, solicitando que S. Excelência nos informasse porque na minha região alguns municípios estão também sofrendo estas ameaças e alguns deles que já receberam o PROSAFRA, não executaram e consumiram com as verbas, com o óleo diesel e com o cimento entregues.

E mais tarde haveremos de voltar a esta tribuna, para fazer a referida denúncia.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Funcionalismo Público do Estado do Paraná está sob tensão. O clima implantado pelos prepostos do Governo Federal, mormente aqui no Estado do Paraná, através da dilação dos prazos para o aumento do seu servidor, vem criando uma série de

conflitos, inclusive no andamento da máquina administrativa.

Esta Assembléia, há poucos dias, depois de virmos a esta tribuna, já no seguimento de vários oradores, de vários representantes, de vários Deputados que por aqui passaram, desfilaram desde o mês de dezembro, reivindicando uma postura condigna do Chefe deste Estado para com o servidor que é permanente nos quadros do Estado, principalmente na sua grande maioria, que esperava do Governo do Estado um aumento de vencimentos compatível, a exemplo do que já havia sido feito em 1976, pelo Governo Federal, de propiciar um aumento na base de, pelo menos, 42%.

O ano passado nós vimos a fantasia daqueles gráficos que deram polêmica na imprensa paranaense e, na maior parte, os servidores do Estado foram aumentados em 30% basicamente, e este aumento só veio para a Assembléia no final do mês de março do ano passado, para vigorar a partir do mês de janeiro, e realmente o que ocorreu foi uma marginalização, principalmente aquela que se referia ao acúmulo de vencimentos a partir do mês de janeiro, até o mês de maio, quando foi pago. E veio o imposto de renda, incidindo sobre aqueles vencimentos acumulados, imposto de renda na fonte, subtraindo dos funcionários públicos uma parcela da sua justa remuneração.

E este ano o episódio se repete e se repete, inclusive, com os mesmos índices de 38% para o funcionário do Estado, e esses 38% são insuficientes, principalmente àqueles funcionários mais humildes, àqueles mais modestos, de remuneração mais limitada, porque estão aguardando, e muitos deles já vieram reclamar, colocando que sua situação é uma situação de emergência, e que precisava ser aprovada a mensagem imediatamente, sob pena de perderem, inclusive, as suas casas.

E é lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se diga ainda, não só no Estado do Paraná, mas em todos os Estados brasileiros, que os Governos Estaduais não são prepostos do Governo Federal. Tanto são prepostos, tanto não existe federação neste País, que se tem que obedecer ao crivo do Governo Federal, uma imposição de limitação no aumento de vencimentos, como se vencimentos tivessem que se equiparar nos princípios da tecnocracia, nos princípios lavrados nos laboratórios do Governo, para impor ao servidor público uma limitação, inclusive na sua subsistência.

E aqui está a prova: o Governo buscando proteger, quem sabe — e faço aqui uma interpretação subjetiva — o Governo buscando proteger apenas os tecnocratas, os alquimistas de laboratório, da tecnocracia, que puseram a pique a economia deste País. Esses mesmos tecnocratas que se servem das assessorias jurídicas e das assessorias técnicas. . .

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência lamenta, mas tem que avisar o Deputado que se encontra na tribuna, que o seu prazo se esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço, e farei o possível para concluir.

E nesta parte, veja-se no Artigo 7º da Mensagem do Governo, a Mensagem que veio trazer o insignificante, podemos dizer, 38% de aumento dos quadros gerais daqueles que funcionam nesta máquina administrativa do Estado.

Entretanto, no final de seu artigo 7º, e é bom que se diga neste curto espaço que me resta, que o Governo procurou não apenas uma nova simbologia, mas dá para entender em sua mensagem que apenas a Casa Civil do Governo é que teria direito, quem sabe, a uma definição pelas novas nomenclaturas ou pela nova simbologia dos cargos em comissão.

E ao definir que o DAS-5 seria só aquele mencionado no quadro de organograma do Estado que estão muito abaixo dos diretores de departamento, são exatamente aqueles tecnocratas de quem nós falávamos aqui das verbas de gasolina. Que, no ano passado, depois do Governo instituir a verba de gasolina, revogou e há quem diga de que outra forma estão a perceber.

Não por estas pessoas que ocupam determinados cargos no organismo do Estado, mas é porque os tecnocratas, mais uma vez, esquecem-se que a assessoria principal e primeira ao deferir os institutos jurídicos são os assessores jurídicos, os advogados que estão aí às vezes até com mais de 30 anos de serviço, a prestar serviços em todo este tempo, estão agora quase sendo postergados, estão agora mesmo dando assessoria direta para Secretários de Estado, amanhã ou depois, através desta definição, ficarão esquecidos; mas, teremos oportunidade de oferecer a esta Assembléia uma emenda que não deixa estes funcionários de assessoria superior marginalizados, como tantos estão aí, nos quadros efetivos do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente, e quero adiantar que proporei uma emenda para corrigir estes erros, bem ou mal colocados; estes erros que, segundo se interpreta, no futuro poderão trazer anomalias mais profundas; fissuras inconciliáveis, até com o exercício de cada um na administração do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Augusto Carneiro.  
O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após percorrer parte do interior do nosso Estado, no último final de semana, e tendo contato com vários agricultores, principalmente da micro-região 12, de Campo Mourão, nós constatamos um fato, um problema que julgamos de conveniência, trazer à apreciação desta Casa.

O quadro da agricultura é um quadro muito sofrido, aqui muito discutido, é uma classe que, principalmente neste ano, sofreu revezes dos mais difíceis e pesados, dada a estiagem; e, depois de várias reivindicações feitas pelo agricultor, felizmente, na medida do possível, o Governo tem atendido, em parte, as reivindicações e os interesses do agricultor.

Mas, o quadro que nós verificamos, Srs. Deputados, é o de que existe um desencontro com referência ao prazo de recadastramento rural; o INCRA determinou, para este ano, o recadastramento; de princípio, o prazo que se conhecia era de 15 de março — melhor especificando, amanhã — depois, constatamos de que o prazo deveria ser 7 de abril e que, para se fazer a declaração de renda com as respectivas cédulas G, era necessário se fazer o recadastramento rural; e o povo, apreensivo, e o agricultor, simples e precipitado muitas vezes, compareceu ao órgão competente para fazer o seu recadastramento, que, cada Prefeitura Municipal tem seu órgão respectivo; e, encontrando filas muito grandes, e o agricultor, como sempre, apressado, saiu em busca de um outro recurso, indo a alguns cartórios distritais, alguns escritórios contábeis, alguns curiosos e, a qualquer recurso, para fazer o seu recadastramento rural. E, nesta busca, veio a exploração — os escritórios e os curiosos passaram a cobrar pelas declarações de recadastramento, preços considerados até absurdos, e de acordo com o pagamento, é o privilégio que se dá, às declarações. Conseqüentemente, o agricultor melhor colocado financeiramente, tem o seu recadastramento feito primeiro. E, diante desta angústia em que se encontra o nosso povo da lavoura, nós nos sentimos na obrigação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representantes que somos do nosso povo, de trazer a esta Casa este esclarecimento, ao mesmo tempo em que requeremos, que apresentamos um requerimento à apreciação da Assembléia, que traz como súmula. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer ouvida a Casa, o envio urgente de Ofício ao Senhor Chefe Geral de Tributação do INCRA, no sentido de que seja prorrogado o prazo de entrega das Declarações de Recadastramento Rural, para outra data subsequente a 07 de abril vindouro, oferecendo desta maneira um prazo mais dilatado aos Senhores Proprietários, conforme abaixo se justifica.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

#### JUSTIFICATIVA:

Informações das mais desconstruídas, circulam em todo nosso Estado, no que diz respeito ao prazo real de entrega das Declarações do Recadastramento Rural junto ao INCRA, uns entendendo que será em 15/03/78, outros que será em 07/04/78; sabendo-se hoje, que o prazo real é o dia 07/04/78, sabendo-se também que todos os agricultores dependem da Cédula G, para suas Declarações do INCRA.

Devido a uma má divulgação do prazo de vencimento de entrega, os Senhores Proprietários Rurais vêm sofrendo ônus de pesada monta, sem deter uma informação segura, caindo nas mãos de alguns Cartórios, Escritórios, autônomos e curiosos, que, se baseando no elevado acúmulo de serviço, valhem-se da oportunidade para aumentar inconscientemente os preços, indevidamente cobrados por cada Declaração, fazendo primeiro a Declaração dos que melhor pagam, sem ainda se considerar o tempo perdido nas infundáveis filas que têm a enfrentar.

Nada mais justo portanto, que o INCRA, através da Chefia Geral de Recadastramento Rural - Brasília - DF, tomasse as devidas providências no sentido de ser prorrogado o prazo para uma nova data aprazada, sendo ao mesmo tempo feito a divulgação antecipada".

Este é o nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e, se Suas Excelências entenderem, como eu, da necessidade de que seja prorrogado este prazo, nós agradeceríamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "É dever de todo cidadão brasileiro, que tenha noção do que seja cidadania, manifestar a Vossa Excelência com seu entusiasmo o seu grande e profundo agradecimento pelas palavras que, ontem, pelo "Jornal do Brasil", dirigiu a toda a Nação. O seu pronunciamento nesta hora, e nos termos em que formulou, pertence à categoria da carta de 19 de maio de 1.909, de autoria de Rui Barbosa, opondo-se à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República, e da entrevista de José Américo, investindo contra o Estado Novo.

"Até que enfim, surgiu na área dos políticos militantes, alguém que, com bravura decidida e a energia indômita, empunhou a bandeira da verdade, até agora enrolada na conveniência dos políticos amedrontados, e desfraldou o programa de restauração da ordem constitucional, inerente à vida dos povos civilizados para, por este, libertar o Poder Legislativo e o Poder Judiciário do País, da dominação abusiva e ilegítima do Poder Executivo Federal.

Inestimável é o serviço que Vossa Excelência está prestando à civilização brasileira. Pouco importa que as suas reivindicações, justas, nobres e irrecusáveis, não sejam atendidas, neste momento, pelo poder militar que exerce a sua pressão orgulhosa e dominadora sobre todos os quadrantes da atividade nacional. Elas estão, todavia, previstas, das características de sementes vivas, fecundas e irresistíveis, que não tardarão a brotar, crescer e copar para alegria, honra e dignificação da gente brasileira.

As pregações da verdade, do bem e do belo, não produzem os seus frutos imediatamente após terem sido feitas e ouvidas. A germinação delas exige tempo e espaço. Embora demoradas, elas são inevitáveis e incoercíveis, o que era preciso era a plantação destas sementes de civilismo, de liberdade, de independência dos poderes políticos desarmados e de confiança no bom senso, na dignidade e no patriotismo do povo brasileiro. Vossa Excelência, com rara coragem e tomando exata consciência dos seus deveres de Senador da República, deliberou cumprir a sua obrigação de homem público, relatando os males da situação política atual, convencida até de que é imutável e sólida, porque tem por si a força física do Estado.

Urge que Vossa Excelência, utilizando os recursos de que dispõe, por força de seu trabalho condigno e honrado, faça imprimir em folhetos as suas palavras tão exatas, tão corretas e tão verdadeiras, sobre o regime de força que vem perturbando a evolução normal da ordem jurídica nacional, a fim de que elas cheguem ao conhecimento de todos os brasileiros, que amam e estremecem esta grande Pátria.

Não se arrefaça o ânimo varonil de Vossa Excelência. Não se impressione com as objeções dos títulos e a desesperança dos medrosos. Mantenha acesa e quente a chama do seu coração ardente e fogoso. Não esmoreça o seu entusiasmo, porque, excelência, os estuasiastas estusiasmam.

É mister que Vossa Excelência se convença de que isto que denominou com muita propriedade "uma filosofia". Era e é o anseio generalizado da gente brasileira. Todos cessam de reclamar contra este regime de força que transformou a Presidência da República em função privativa de Generais do Exército, tirou do Legislativo e do Judiciário, a sua condição de poder soberano e de poder autônomo e fez desaparecer a Federação.

Vossa Excelência dispõe de uma tribuna, através da qual pode dirigir-se a todos os compatriotas para pregar a sua maravilhosa filosofia. Organize um programa para ser divulgado pela tribuna do Senado. Prepare 30, 40 ou 50 discursos, pelos quais todos os problemas serão enfrentados nos documentos que foram entregues à imprensa.

Pode estar certo, de que a Nação inteira ouvirá, agradece, a sua voz pregoeira da verdade e do civismo.

Reúna, depois, esses discursos em volumes; espalhe por todos os quadrantes do Território Nacional. Não se iluda, todavia, Excelência, não faltará quem tente ridicularizar o seu esforço e sua pregação.

Feche, tranqüilo e firme, os seus ouvidos a essas vozes nascidas do medo, da consciência pessoal, ou de interesse; qualquer.

Enfrente sereno e sábio, todas as manifestações alheias às aspirações da altivez e do civismo."

Esta é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a íntegra da carta subscrita pelo eminente advogado e jurista, Sobral Pinto, endereçada ao Senador Magalhães Pinto, manifestando sua solidariedade à candidatura à Presidência da República, do Senador mineiro.

Trata-se, sem dúvida, de um documento histórico, não só em função do signatário, pelo que ele representa para o Direito Brasileiro, como também a vista do conteúdo da mencionada carta, motivo mais que suficiente para justificar a sua transcrição nos Anais, que é que peço através do requerimento.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não poderíamos deixar de vir a esta tribuna, quando na semana finda, vimos, em manchete, por duas vezes, no "O Estado do Paraná", uma nota do ilustre Deputado Valter Pietrângelo, que dizia que o Banco do Estado do Paraná, estava acobertando funcionários, com prejuízo, de funcionário que estava preso.

Acredito que Sua Excelência o Deputado Valter Pietrângelo, não tendo conhecimento, ou não conhecendo, perfeitamente, o problema que se passou em Campo Mourão, nós podemos com essas denúncias, através do jornal, nós procuramos falar, pessoalmente com ele e com a Liderança, para que nos permitisse que viéssemos a esta tribuna, para dar uma satisfação ao povo do Paraná e, principalmente, aos Srs. Deputados, que o desfalque do Banco, em 1974, nada tem que ver com o caso do coletor que se encontra preso.

Sabe muito bem que o caso do coletor foi em 1973.



Com referência ao desfalque do Banco do Estado, Sua Excelência o Deputado, sabe perfeitamente que, o promotor público da comarca, denunciou os culpados; e eles, que eram funcionários do Estado, foram colocados na rua.

Portanto, não houve nenhum abafamento que pudesse deixar que o processo tivesse ficado na gaveta.

Os responsáveis, além de serem dispensados do serviço, foram processados; não sei se o processo já terminou, ou não.

Mas hoje, pedi uma ligação para Campo Mourão, e não obtive a resposta até o presente momento.

Venho a esta tribuna para dizer ao meu amigo Valter Pietrângelo, que eu acredito que ele estava equivocado. E, com referência ao coletor, é um caso completamente diferente do desfalque do Banco, e que o Banco tomou as providências necessárias com referência aos funcionários. E nós não colocamos dúvida a respeito das suas palavras.

Mas acredito que as informações obtidas que vieram até o ilustre representante daquela região, não foram corretas. E nós colocamos aqui o nosso mandato, nesta Casa, para dizer a todos os paranaenses, que jamais viríamos aqui defender interesses escusos, de quem quer que seja.

E quero confessar que este funcionário que foi posto na rua e que foi criado em Centenário do Sul, e cujo pai foi meu funcionário durante quase 20 anos. E cumpro o dever de obrigação, por duas razões. Uma, por esta administração honesta que temos hoje no Banco do Estado, e outra, de dar satisfação às duas notas estampadas no "O Estado do Paraná".

Era o que tinha a dizer, ao ilustre Deputado Valter Pietrângelo, e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)  
O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O Estado do Paraná" traz, hoje, uma matéria a qual estampa também uma declaração nossa, sobre problemas que estão ocorrendo na Secretaria dos Transportes, nas assinaturas do PROSAFRA.

O nobre Deputado, o eminente Deputado Domício Scaramella, já fez a leitura desta tribuna, da quase totalidade do texto.

E nós acreditamos ser importante, Srs. Deputados, analisar algumas questões da matéria referida.

Informa o jornal "O Estado do Paraná", de que os Prefeitos Municipais do interior do Paraná, quando comparecem à Secretaria dos Transportes, para assinar o convênio do PROSAFRA, são quase que forçados a autorizar a publicação de suas biografias e de outras de promoção pessoal, numa revista denominada "Vultos Políticos do Paraná", no custo de 59.400 cruzeiros. E que a coordenação da publicação está sendo feita exatamente pelo Sr. Cícero César de Oliveira, que é funcionário do Gabinete do Sr. Secretário Osires Stanghel Guimarães.

Srs. Deputados. Em certo trecho, a matéria diz o seguinte: "como declaração do bravo Prefeito de Telêmaco Borba, Carlos Hugo Von Grassen. Diz o Prefeito, que compareceu à Secretaria dos Transportes, em busca da assinatura do convênio, para a liberação dos recursos do PROSAFRA, que são repassados pelo Governo do Estado às Prefeituras para construção de obras de infraestrutura, para escoamento e armazenamento das safras agrícolas.

De imediato, lhe fizeram um convite: bastaria que pagasse a soma de 59.400 cruzeiros lá mesmo na Secretaria, e lhe seria dada oportunidade, etc. e tal.

Srs. Deputados.

É de se crer que uma verdadeira picaretagem oficial foi instalada pelo Governo do Estado, segundo o que informa o Sr. Prefeito, e o que diz a matéria.

Mais adiante, o Prefeito declara: "O Prefeito recusou a oferta, evidentemente, em razão da carência de recursos em que vive o seu município.

Prossegue o Prefeito de Telêmaco Borba: "Ninguém lhe disse mais nada, e o PROSAFRA começou a tardar para chegar ao seu município, e quando o Governador Jayme Canet Júnior se instalou em Imbituva, no início do ano, o Prefeito foi até aos homens da Administração Estadual e contou o seu problema. Garantiram-lhe que tudo seria resolvido em breve.

Na mesma semana ele recebeu em seu gabinete, os representantes da revista, com credenciais por escrito. Carlos Hugo tem todas as cópias devidamente guardadas do próprio DER.

Essas credenciais diziam que os visitantes estavam ali para tratar de assunto do seu interesse.

O convite foi renovado e mais uma vez, recusado.

Agora o Prefeito pretende juntar todos os documentos que tem guardado, e fazer uma denúncia pública da situação.

Novamente, Srs. Deputados, se antevê que realmente a picaretagem oficial foi instalada.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?  
OSR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei.

Por outro lado, se observa que o Sr. Governador Jayme Canet Júnior realmente é um promotor extraordinário, ou então realmente instalou na sua administração uma discriminação injustificável, sob o ponto de vista do equilíbrio administrativo, contra Prefeitos do MDB.

Bem, Srs. Deputados, a nossa presença na tribuna não é, para, evidentemente, revestir com a maior importância a análise da matéria que "O Estado do Paraná" estampa na sua edição de hoje. Mas compreendemos que é dever desta Casa, que é do povo, alimentar suspeitas, porque a denúncia é de fonte fidedigna: parte de um homem que, hoje, tem a incumbência de governar um dos municípios mais importantes do Estado, Telêmaco Borba.

O enfoque principal de nossa conversa é sobre a situação financeira, que se encontram os municípios paranaenses. Mas, antes disso, tenho o prazer de conceder o aparte ao nobre Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Obrigado, nobre Deputado.

A mim não me anima pensar em polêmicas com Vossa Excelência, muito embora, de pronto, repudie a expressão "picaretagem oficial", porque ela está vazada em inteira e total irresponsabilidade, e até gratuidade.

Porque, o comentário estampado, hoje, no jornal "O Estado do Paraná", que Vossa Excelência leu, evidentemente não deverá corresponder à realidade. Incrível que não se analise, também, a possibilidade de alguns proprietários de uma determinada revista, usarem, indevidamente, o nome da Secretaria dos Transportes, pretextando que a liberação do PROSAFRA estaria condicionado a um esquema publicitário, naquela revista.

Veja Vossa Excelência, que é tão absurda a hipótese, que o nominado por Vossa Excelência e pelo jornal, Francisco César de Oliveira, não tem poder decisório para conferir ao PROSAFRA a quem bem entender, é mero funcionário daquele órgão, que eu, casualmente, conheço. E sei que sua função é, exclusivamente, preparar tais processos, para posterior despacho, ou não, do Sr. Secretário dos Transportes.

Seria até incrível ingenuidade do Prefeito Municipal que aceitasse esse tipo de chantagem. Porque o chantagista — se fosse o caso — não teria condições de cumprir a sua parte.

Pense Vossa Excelência nesta possibilidade, muito mais lógica e verdadeira, que os proprietários desta revista, cujas idoneidades não sei, porque não tenho dados capazes de avaliá-las, e não vou fazer nenhum julgamento precipitado, sem ouvir todas as partes envolvidas, mas, de pronto, posso garantir a Vossa Excelência que, evidentemente, tal chantagem não teria o patrocínio oficial.

E digo mais a Vossa Excelência: é possível até — e agora

sim — “picaretas”, para usar a tão difundida expressão, tentem se valer da ingenuidade de alguns Prefeitos Municipais para tentar extorquir algumas verbas publicitárias.

Mas, evidentemente, V. Exª há de convir que tal expediente teria o patrocínio do Estado. E seria de enorme ingenuidade negociar com quem não tem condições...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Não tem o patrocínio mas tem a permissão.

O Sr. Luiz Roberto Soares — ... É evidente que não, nobre Deputado.

Eu posso até configurar uma hipótese, hipótese remotíssima: poderia perfeitamente, alguém procurar uma determinada pessoa, em seu nome, sem a sua permissão e sem o seu conhecimento e tentar extorquir dinheiro através deste pedido.

Sei que V. Exª, por exemplo, é um dos líderes de um movimento muito sério que é a “legião da boa vontade”. É possível que alguém se valendo, face aos argumentos tão piedosos da “legião de boa vontade”, tente extorquir dinheiro dizendo a V. Exª que seria para esta prestigiosa e séria organização.

É claro que é uma hipótese remotíssima, mas poderia acontecer e nem por isto eu, de pronto, iria acusar V. Exª de estar dando patrocínio ou assentimento a tal chantagem.

Muito obrigado.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Só um instante, por obséquio.

Eu agradeço a participação sempre sempre nobre do Deputado Luiz Roberto Soares, mas gostaria de dar conhecimento à Casa que as primeiras informações que me chegaram desta exploração que se está fazendo contra os Srs. Prefeitos, veio exatamente de Prefeito da Aliança Renovadora Nacional. Não é uma informação que teve origem nas palavras do Prefeito Carlos Von Grassen, depois é que nos procuramos ampliar as pesquisas e chegamos a este estado de coisas.

Por outro lado, gostaria de dizer ao Deputado Luiz Roberto Soares, que o Prefeito de Telêmaco Borba declara, pelo jornal, que após dialogar com o Sr. Governador Jayme Canet em Imbituva, recebeu a promessa de breve solução para o seu convênio para o PROSAFRA, sintomaticamente, na semana seguinte, ele já recebeu no gabinete de representantes da revista com credenciais do próprio DER...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exª me permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — ... do seu interesse, e um convite para firmar um contrato previsto, foi renovado.

Eu concederei o aparte ao Deputado José Domingos Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exª foi apartado por um Deputado, líder da bancada da Arena, que afirmou que o cidadão que pela notícia de jornal faz parte do gabinete, não está autorizado a extorquir. Eu também acho que seria um contra senso, uma Secretaria de Estado ou um Departamento de Estado, dar credencial para que alguém extorquísse.

Agora, o problema de se usar um gabinete de uma repartição pública estadual para praticar desmandos desta natureza, cabe ao Chefe da Repartição tomar providências enérgicas contra aqueles que deste expediente usam, abusando do cargo e da confiança que é dada e concedida. Quanto ao problema de ser um dos Prefeitos também do MDB, porque não dar fé a um Prefeito do MDB? Ou será que só Prefeito da Arena é que tem crédito, é que tem voz ativa de denunciar os abusos, os absurdos que estão sendo cometidos muitas vezes em determinados órgãos públicos de nosso Estado, e órgãos públicos federais?

E nós estamos vendo que o líder da Aliança Renovadora Nacional, que se mostra um tanto zeloso e preocupado com os problemas que acontecem na área governamental, alegou que

não tem fundamentação nenhuma a denúncia do jornal.

Ora, se a denúncia está publicada em um órgão de imprensa do Estado, e não tem fundamentação nenhuma, cabe ao Governo do Estado e à Secretaria onde o funcionário está agregado, subordinado, processar e tomar as providências para que isto não aconteça porque a notícia que está no jornal diz que o Prefeito para assinar e para ver liberado o seu PRÓ-SAFRA, é preciso fazer publicidade em uma determinada revista, em um determinado órgão de imprensa é uma extorsão barata, uma extorsão que cabe a nós, os representantes do povo do Estado, tomar uma providência enérgica.

Outro fato que eu gostaria também de trazer ao conhecimento do Líder da ARENA:

Existem muitos homens ligados às decisões governamentais do Estado do Paraná, que, mesmo não sendo funcionários públicos, decidem sobre a sorte de empréstimos do Banco do Estado do Paraná — é o caso, por exemplo, do Sr. Alaor que, me parece, não é funcionário do Estado mas, um pedido do Sr. Alaor dentro do Banco do Estado, é uma ordem! Manda, talvez em questões de empréstimos, igual ao Presidente do Banco! É do nosso conhecimento, que o Sr. Alaor, ligado ao Banco do Estado ou por questão de mera amizade com o ex-Presidente, ou por questão de ser um candidato da ARENA a Deputado Estadual, sai pelo Estado, angariando nomes para pleitear financiamentos; em 24 horas, ou em 48 horas depois, estão, nas agências, as autorizações para que os afilhados do Sr. Alaor obtenham os créditos, nas agências do Banco do Estado.

Então, deve-se falar também, é necessário que haja este tipo de intermediação para se fazer política? É necessário que haja este tipo de abuso cometido por um homem de gabinete que, para liberar uma determinada verba exige que seja dada à sua revista publicitária, uma propaganda do município?

O Sr. Líder da ARENA com a palavra, para esclarecer melhor este problema.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço a participação do nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação econômica que envolve os municípios do Paraná é realmente entristecedora.

Nós já nos pronunciamos nesta Casa sobre a possibilidade que teriam os Prefeitos do Brasil, de encetarem uma luta reivindicatória junto ao Governo Federal, para conquistarem os recursos que estão no Fundo Especial criado pelo Governo por força da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que destinou 2% a título de Fundo Especial, que, posteriormente seria regulamentada a sua aplicação, por lei também especial. E, apesar das pesquisas que fizemos, não conseguimos encontrar a lei preconizada pela Emenda Constitucional, fazendo-se crer que esta lei complementar ainda estaria por vir, e que o Governo Federal deveria dispor de um volume de dinheiro muito grande, que se poderia destinar aos municípios do País; e o pior de tudo, Srs. Deputados, é que a dependência financeira do município está, a cada exercício, mais ampla. A quota ao Imposto de Circulação de Mercadorias, dos municípios do Paraná, de 1978, está realmente provocando desestímulo, até uma certa dose de desesperança em dezenas e dezenas de municípios no Paraná. A situação se pôs de maneira inexplicável e misteriosa.

Quem desconhece o alto índice inflacionário? Quem desconhece a necessidade que têm todos os homens da nossa sociedade e principalmente a administração pública, de aumentar os salários, de dispendir somas maiores na compra de combustíveis. Enfim, a atividade da Prefeitura, do Estado, do Governo Federal, evidentemente, haverão de gastar muito mais em 1978. Mas, curioso, um grande número de municípios do Paraná tiveram a sua cota de ICM inexplicavelmente diminuídas, a ponto de, em certa comunidade, a previsão para 1978, será até 58% menor do que aquela que o município recebeu em 1977, pois, Senhores Deputados, se já não bastasse a



ausência do poder público do Estado, de atribuições que ele tem, ainda as Prefeituras chegam inclusive a suprir estabelecimentos escolares do Estado por professoras municipais, despesas outras de dever do Estado que as Prefeituras acabam não tendo saída e de utilizar seus próprios recursos, mingua de dinheiro que já não está chegando para cobrir as despesas com funcionalismo, para pagar contas de responsabilidade estadual. A construção de Foruns, de casas para juizes e promotores é uma barbaridade. É uma atitude que a demora da presença do poder público estadual no município acaba que quase forçando os senhores chefes de executivos municipais a investir altas somas no setor. E ainda por cima, estão aí os Senhores Prefeitos a ter que infringir certos tipos de propostas, realmente vergonhosas que vem a denegrir uma administração que possibilita esse tipo de permissividade, de libertinagem num órgão de Governo. É claro que o Sr. Secretário, que o Sr. Governador não devam ter dado uma autorização para que o cavalheiro fizesse esse tipo de picaretagem, mas também é claro que a permissividade, essa libertinagem que também foi denunciada pelo Deputado José Domingos Scarpellini.

Há as informações que dizem que há um grupo de candidatos oficiais que praticamente mandam as decisões de determinados órgãos do Governo. E o jornal "O Estado do Paraná" informa aqui na seguinte linguagem:

"E quando não há contrato com revistas, os Prefeitos enfrentam os candidatos apoiados pelo Governo e encastelados estrategicamente em cada uma das Secretarias de Estado".

Apenas para ilustrar:

Na Secretaria da Fazenda: Airton Cordeiro.

Na Emopar: Secretaria de Administração: João Elísio Ferraz de Campos.

Na Secretaria da Educação: Francisco Borsari Neto.

Na Secretaria de Justiça: Odilon Túlio Vargas.

Na Secretaria da Saúde: Arnaldo Busato.

Na Secretaria dos Transportes: Hamilton Vilela Magalhães, entre outros muitos.

Pois bem, Srs. Deputados — é uma permissividade que eu vou mais longe — noto, acredito e existe, até na Administração Federal; nas viagens pelo interior, e pode-se notar, inclusive, que o Prefeito, porque é do Partido do Governo, porque protege o Diretor do Colégio, porque ampara o Delegado de Polícia, porque dá cobertura ao Diretor do DETRAN, todos eles já acham que podem desrespeitar leis e serem arbitrários; e, chego até mais longe — até serem corruptos.

Desta tribuna, do nosso trabalho parlamentar, nós já fizemos denúncias ao Governo Federal e até hoje não recebemos um telex — é o Governo Federal fazendo ouvidos de mercador. E isto é um mal exemplo, é uma atitude nociva para a Administração Pública Brasileira. Este mal exemplo já está grassando em todos os escalões do Poder Público. E, lamentavelmente, as células da Nação, são os Municípios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Particularmente, o problema do Imposto de Circulação de Mercadorias, como disse, colocou dezenas de Prefeitos em desespero. Mesmo que a cota do ICM, para 1978, tenha sido congelado, e o município vá receber a mesma importância do ano passado, já é uma atitude de retrocesso, que começa a forçar os Srs. Prefeitos a trilhar o caminho da estagnação e da falência.

E, ainda mais tenebroso o desastre, nos municípios onde a cota, de 1978, será, seria ou é inferior e, inferior em proporções alarmantes, como disse aqui, do município cuja diferença vai chegar a 58%.

É preciso que esta Casa se alerte para este problema, que levante a sua voz, o seu trabalho, em defesa do municipalismo.

É preciso que nós, todos, procuremos investigar atos como esse, que está acontecendo na Secretaria de Transportes, a par da dependência financeira que estão relegados os municípios; dessa centralização financeira, sob todos os aspectos per-

niciosa para a vida administrativa brasileira. Estão, ainda, os Srs. Prefeitos a serem ofendidos, humilhados, por atitudes como essas.

Como poderíamos entender essa queda no Imposto de Circulação de Mercadorias, a todos municípios?

Houve mudança na Legislação Federal?

A Secretaria de Fazenda estabeleceu critérios diferentes para o cálculo de ICM dos Municípios, para o presente exercício?

Ou é uma atitude do Governo do Estado para, exatamente, proceder essa centralização econômico-financeira para que o Estado tenha mais dinheiro; para que os Prefeitos sejam mais dependentes; para que essa dependência e essa concentração de riquezas vá exatamente provocar isso que se vê que é o Estado utilizando a dependência e a concentração econômica, para impor aos municípios a sua meia dúzia ou uma dúzia de candidatos. Que eleitos, de bajuladores, daqueles que estão filiados exatamente ao esquema do Sr. Governador ou do Sr. Ney Braga, e se beneficiarem dessa ignomínia, dessa safadeza que nós absolutamente não podemos aceitar e temos que combater. O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência lamenta comunicar ao ilustre Deputado que está na tribuna que seu tempo esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, o Deputado Valter Pietrângelo, na tribuna, passa a ocupar o tempo reservado à liderança da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deputado Valter Pietrângelo, conseqüentemente tem ainda os minutos que são reservados ao Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente e ao meu líder, Enéas Faria.

Nós acreditamos, Srs. Deputados, que há muita coisa misteriosa e inexplicável e que não é perfumada não, no ar. Eu ouvia de determinada pessoa que merece toda a minha confiança, a informação de que estariam órgãos do Governo, inclusive o Banco do Estado do Paraná, a pressionarem empreiteiras no objetivo de conseguir suporte financeiro, dinheiro para que o Governo possa sustentar as campanhas políticas que serão caríssimas, na sua meia dúzia de afilhados candidatos às próximas eleições. Mas o ato bem mais revoltante, é exatamente esta atitude que vem evidentemente, transformar os nossos Prefeitos em simples joguetes de interesses do Governo do Estado.

Entendo que é nosso dever fiscalizar os acontecimentos em todas as suas circunstâncias e títulos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, principalmente nós devemos investigar e analisar o problema criado pelo Imposto de Circulação de Mercadorias. E vou submeter à apreciação da Casa, um requerimento onde solicitamos informações da Secretaria da Fazenda. E gostaria, sinceramente, de merecer até, se merecer a aprovação dos eminentes companheiros, merecer ainda mais a sugestão à emenda, para que possamos elaborar um documento que vá à Secretaria de Finanças, buscar um volume de informações com as quais possamos estudar a questão e nos posicionarmos.

O Sr. Lúcio Machado — V. Exª permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Concederei assim que terminar a leitura do requerimento. (Lê).

"Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SECRETARIA DA FAZENDA, consubstanciado em PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1 — Informar o total do Imposto de Circulação de Mercadorias arrecadado no ano passado, e a previsão de arrecadação para o corrente exercício;

2 — Informar os totais que receberam em 1977 e que receberam em 1978, de todos os municípios do Estado;

3 — Informar de que forma o Governo procedeu os cálculos para a distribuição do ICM nos exercícios presente e do ano anterior.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

#### JUSTIFICATIVA:

Além das citações na tribuna, acreditamos que a concentração de riquezas é um retrocesso dos mais prejudiciais à Justiça e ao Desenvolvimento. Essa é a atitude da Administração Federal, e que, nos parece está passando a ser a do Governo Estadual. Também, a defasagem nas cotas do Imposto de Circulação de Mercadorias do ano anterior para este, é, preliminarmente inexplicável à luz do equilíbrio e da realidade.

O assunto está muito misterioso. E os Senhores Prefeitos dos municípios prejudicados, estão atônitos, manietados e desmotivados. Se requer a investigação e o posicionamento deste Poder no assunto ICM, que está levando dezenas de municípios paranaenses a iniciarem o "trilho da estagnação e falência".

O municipalismo, sob todos os aspectos, é uma bandeira fundamentalmente cívica e social de luta. Deve interessar sobremaneira a esta Casa o trabalho em favor do município.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela ordem de solicitação, tenho muito prazer em conceder aparte ao eminente Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço o aparte que V. Exª me concede, nobre Deputado.

Em primeiro lugar, eu estaria faltando com a obrigação se não voltasse, depois de ouvir as considerações feitas sobre o funcionário do DER, Cícero, que vem organizando processos de ajuda ao Pró-Safra.

Acho que é um dos melhores funcionários que existem naquela Secretaria.

Tenho chegado, às vezes, até 8 horas da noite e ele está atendendo Prefeitos, com a sala sempre cheia, ele mesmo batendo, preparando expedientes, coisa que os Prefeitos deveriam fazer, eles próprios, petições que ele prepara, ele ajuda e tem dado o máximo atendimento.

Quanto à impressão desse livro, soube que uma determinada empresa havia procurado, e apresentou até por sinal algumas páginas impressas, se não me engano, do Município de Icaraima e achou interessantes dados biográficos de cada município, sendo interessante que o Paraná tivesse. Ele ia sugerir aos Prefeitos mas não exigir.

Eu tenho contato com esses municípios e não foi exigido de nenhum desses municípios, embora tivesse visto, mas nenhuma exigência para que fosse feita a contribuição para esses dados biográficos de cada município.

Trata-se de um funcionário exemplar que nunca exigiu qualquer coisa dos Srs. Prefeitos, mas, sim, tem prestado relevantes serviços, possibilitando que os Srs. Prefeitos firmem seus convênios com o Pró-Safra, cujo programa é um dos mais importantes, pois nós sabemos que o Paraná há bem pouco tempo estava com dificuldades. Quando chovia, se falava no preço do feijão em São Paulo que subia, mas não podia sair da lavoura porque não tinha meios de escoamento para chegar até à sede do município.

Hoje o programa do Pró-Safra possibilita a sua ida até à sede do município, dando condições de escoamento da produção em todo o Paraná.

Com referência ao ICM, nobre Deputado, tenho que concordar com V. Exª que houve um decréscimo muito grande em certos municípios, cujo índice de ICM no ano passado para este ano é bem inferior.

Neste caso já fiz pronunciamentos nesta Casa, tenho levado um apelo às Associações dos Municípios, para que se movimentem, organizando cadastros rurais junto com a nota do produtor.

É a única maneira — o cadastro rural de cada município —

para que os Prefeitos se concientizem, organizando o seu cadastro rural para evitar a evasão de sua renda para município maiores, principalmente aqueles municípios que tem uma cooperativa com sede em outro município e ele fica prejudicado nas suas rendas.

Tem sido muito grande o prejuízo de muitos municípios essa caída do ICM, que vários Prefeitos hoje estão a reclamar.

A condição de garantir, a cada município, a sua produção e fiscalização, é o cadastro rural.

Todos elogiaram aquela medida do grandemunicipalista Castelo Branco, quando foi adotado o ICM que já pagava a sua conta. Naquela época, já se lutava para que houvesse "cadastro rural", porque achava um absurdo que, a cada saída do município, existia um posto fiscal para impedir que saísse o produto. Quando o município tem dez fiscais, poderia um fiscal capacitado, fiscalizar esses cadastros, e incentivar a cada produtor que desse, na sede do município, a sua produção de cada ano. Assim, estaria solucionado esse problema, garantindo a cada município o ICM a que tem direito.

Agradeço a V. Exª este aparte que me concedeu, e não poderia deixar de fazer referência a esse funcionário exemplar que tem a Secretaria de Transportes. E quanto ao cadastro, é necessário que se faça um movimento nesse sentido, a fim de garantir ao município aquilo que ele tem direito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência comunica ao nobre Deputado Valter Pietrângelo que está esgotado o tempo que, regimentalmente, lhe é concedido. Conceda-lhe, no entanto, mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado.

Lamentavelmente, gostaria de conceder apartes aos nobres Deputados Lúcio Machado e Deni Schwartz. Mas, infelizmente, a cronologia é implacável.

De modo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que peço aos nobres companheiros a aprovação desta matéria, e se possível, uma contribuição.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência tem a satisfação de comunicar à Casa que se encontram, nas galerias, assistindo nossos trabalhos, diversas famílias de nosso país irmão, o Japão, às quais nós desejamos boas vindas e pedimos às mesmas que tomem os seus devidos assentos. — (Aplausos).

Esta Presidência agradece os aplausos dirigidos às famílias japonesas.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias e Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/77, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mamboré,

com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, na qualidade de Líder do MDB, indicando os Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Maurício Fruet, como titulares e o Sr. Deputado Waldenício Barbalho, como suplente, para integrarem a Comissão Especial para análise de Emenda Constitucional ao título de Carta Estadual. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Tacla. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Tacla. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lineu Turra e Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Sawatzki, ocorrido na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Esteliano Pizzatto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Airton Correia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando seja instalado um mono-canal telefônico no Distrito de Altamira, Município de Palmital. — Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretário dos Transportes, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, no sentido de que seja efetuada em regime de prioridade a duplicação da BR-369, em toda a extensão de Londrina a Ibiaporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Chefe Geral de Tributação do INCRA, no sentido de que seja prorrogado o prazo de entrega das Declarações de Recadastramento Rural, para outra data subsequente a 7 de abril vindouro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que, à exemplo do que já ocorreu em anos anteriores, seja concedida anistia fiscal aos contribuintes multados provenientes do I.C.M. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Augusto Steves, ocorrido em Santa Mariana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da Carta dirigida pelo advogado Sobral Pinto ao Sr. Senador Magalhães Pinto, publicada no jornal "Folha de São Paulo". — **Aprovado.** (A transcrição acha-se publicada no discurso do autor).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente à

Secretaria das Finanças, consubstanciado em pedido de informações, referente à arrecadação do ICM no ano passado e a previsão do corrente exercício. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine sejam efetuados serviços de compressão nas estradas que liga Mãe Cândido Rondon a Guaíra e outras. — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Solicito seja procedida a leitura da súmula do requerimento.

(É procedida a leitura da súmula do requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — **Aprovado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulín, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no plano de obras para o presente exercício, a ligação asfáltica entre Campina da Lagoa e Guaraniáçu, via Guaporé, até a BR-277. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidentes da TELEPAR, COPEL e SANEPAR, encarendo sejam efetuados estudos com vistas a alteração nos prazos de cobrança de contas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Curitiba Especial — O Lento e Gradual Processo de Desvitalização do Barnabé", publicado no jornal "Folha de Londrina". — **Aprovado.**

O Sr. Gilberto Carvalho — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo o requerimento de V. Exª.

Dos Srs. Deputados, solicito a atenção, porque o requerimento será colocado, novamente, em votação, em sentido inverso.

Pela ordem, concedo a palavra, primeiramente, ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Apenas, para convocar o nobre Deputado Jorge Sato, para votar.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o nobre Deputado Lázaro Dumont, parece-me, digno representante do Governo, nesta Casa, formulou requerimento pedindo regime de urgência para o projeto que trata do aumento do funcionalismo público. Na sessão de ontem, se obistou a discussão de alguns requerimentos. Na de hoje, ocorrerá o mesmo fato.

Indagaria a V. Exª que destino se deu a esse pedido de urgência do Deputado Lázaro Dumont.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência poderá informar ao ilustre Deputado, Líder do MDB, que o requerimento do Deputado Lázaro Dumont, que requereu regime de urgência para o aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná, já foi aprovado. Se V. Exª me permite, em poucos minutos lhe darei qual a sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Diante da surpresa do próprio autor, encareceria, de V. Exª, esta informação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Requerimento do

Deputado Fidelcino Tolentino, será submetido à votação, à apreciação do Plenário, em sentido inverso.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino, por favor, queiram se levantar. — (Pausa).

Esta Presidência consulta do Deputado Accioly Neto, se ele vota favorável.

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, por favor, queiram levantar-se. — (Pausa).

Dezesseis (16) Srs. Deputados aprovam; sete (7) Srs. Deputado rejeitam.

Conseqüentemente, não há "quorum" para deliberação. O Sr. Fidelcino Tolentino — Sr. Presidente, pela ordem. O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, apesar de ser matéria vencida, — não o requerimento que está em regime de votação, mas as matérias anteriormente aprovadas e que foram aprovadas com o consentimento, sem o número suficiente de Deputados, para deliberação, requeiro que V. Exª, antes de colocar este requerimento à margem deste Plenário, que se proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal.

(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada, 24 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação.

Respondendo a questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria, esta Presidência, em mãos e está em condições de informar que o requerimento do Deputado Lázaro Dumont, que requeria naquela ocasião regime de urgência à Mensagem Governamental que prevê o aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná, foi aprovado por esta Casa no dia 9 de março de 1978.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Que semana era, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Conseqüentemente, de 5 dias.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu só encareceria, para dirimir quaisquer dúvidas, que a Mesa designasse um dos seus componentes para acompanhar-me à sessão de gravação de nossas reuniões para, definitivamente, dirimir esta dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Da sessão de hoje?

O SR. ENÉAS FARIA — Do dia 9.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Então esta Presidência

cia poderá fazer companhia ao Sr. Deputado até a sessão de gravação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, visando a extensão do prazo de apresentação dos formulários cadastrais do INCRA. — Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 146/77.

Levanta-se a sessão.

#### ATA DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA INSTALAÇÃO

Aos treze dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e oito (1978), na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim especial de proceder a sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma Regimental, Art. 40, pelo Senhor Deputado Erondy Silvério e contando com número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos aos Senhores Deputados ERONDY SILVÉRIO e BENEDITO LÚCIO MACHADO, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Senhor Deputado Erondy Silvério, agradece seus nobres Pares pela deferência em presidir tão importante Comissão, e em breves palavras, disse de seu propósito de continuar sempre, e num crescendo, envidando esforços com vistas à agilização dos trabalhos adstritos a esta Comissão, prometendo tudo fazer para que a mesma funcione nos moldes do direito e respeito ao Regimento Interno desta Casa de Leis. Na oportunidade indica a funcionária TERESINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, para continuar exercendo a função de Secretária da mesma. Ficou estabelecido também que as reuniões serão realizadas às terças-feiras. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Membros e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 13 de março de 1978.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

BENEDITO LÚCIO MACHADO — Vice-Presidente.

Terezinha B. de Moura e Claro